



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS - EAD**

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA SANTOS

**O PROFISSIONAL INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS: ATUAÇÃO E
ALGUNS DESAFIOS ENFRENTADOS NO ÂMBITO DA ESCOLA REGULAR**

**PATOS- PB
2021**

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA SANTOS

**O PROFISSIONAL INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS: ATUAÇÃO E
ALGUNS DESAFIOS ENFRENTADOS NO ÂMBITO DA ESCOLA REGULAR**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras - EAD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientadora: Profa. M.e. Priscilla Andrade Souza Nogueira

PATOS-PB
2021

S237p Santos, Maria de Fátima da Silva
O profissional intérprete educacional de libras: atuação
e alguns desafios enfrentados no âmbito da escola regular/
Maria de Fátima da Silva Santos. - Patos, 2021.
24 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.
Orientadora: Prof^ª. Me. Priscilla Andrade Souza Nogueira

1. Inclusão 2. Intérpretes educacionais 3. Atuação
4. Desafios I. Título.

CDU – 376

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA SANTOS

O PROFISSIONAL INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS: ATUAÇÃO E
ALGUNS DESAFIOS ENFRENTADOS EM SALA DE AULA REGULAR.

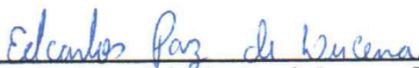
Artigo apresentado à Coordenação do
Curso de Especialização em Libras-EaD
do Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos,
como requisito para a obtenção do título
de Especialista em Libras.

APROVADO EM: 25/02/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Ma. Priscilla Andrade Souza Nogueira - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Prof. Esp. Edcarlos Paz de Lucena - Examinador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Prof.ª Ma. Joseilda Alves de Oliveira - Examinadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

RESUMO

O presente artigo apresenta uma pesquisa qualitativa, realizada através de revisão bibliográfica e documental. Para tanto, foram analisados cinco artigos científicos que discutem a atuação do Intérprete Educacional (IE) em sala de aula regular/inclusiva, alguns desafios, bem como o reconhecimento dessa função, formação, relação com a equipe pedagógica, dentre outros. A revisão bibliográfica foi realizada através das obras de alguns autores, como Damázio *et al.* (2007), Dorziat (1998), Góes e Laplane (2004), e Leis como as de número 10.436/2002 e 12.319/2010. O objetivo principal é analisar a função, a relevância e os desafios enfrentados pelo profissional intérprete de Libras no âmbito educacional. Este trabalho pode trazer importantes contribuições, como fomentar o conhecimento da comunidade acadêmica e escolar acerca do profissional intérprete educacional de Libras, sua função, importância e desafios no processo de inclusão dos surdos na escola regular. O profissional IE é relevante para que o surdo tenha acesso facilitado aos conteúdos estudados, para que possa interagir com profissionais e colegas que não sabem Libras na escola e demais demandas no âmbito educacional. Sua função é mediar/interpretar conversações, eventos e demais demandas, promovendo acessibilidade, sem que haja interferência pessoal. Porém, como se trata de escola, entendemos, através das leituras, ser importante que o intérprete tenha conhecimento pedagógico e faça parte do planejamento e elaboração de atividades e estratégias para o ensino dos surdos inseridos, e se apropriar dos conteúdos com antecedência. Como dificuldades enfrentadas no cotidiano do IE dentro da escola, identificamos a necessidade de valorização e reconhecimento de sua profissão e função, além da escassez ou pouca formação específica e continuada na área de atuação.

Palavras-chave: Inclusão. Intérpretes educacionais. Atuação. Desafios.

ABSTRACT

This article presents a qualitative research, carried out through bibliographic and documentary review. Therefore, five scientific articles were analyzed that discuss the role of the Educational Interpreter (IE) in a regular / inclusive classroom, some challenges, as well as the recognition of this function, training, relationship with the pedagogical team, among others. The bibliographic review was realized out through the works of some authors such as Damázio *et al.* (2007), Dorziat (1998), Góes & Laplane (2004), and Laws such as 10.436 / 2002 and 12.319 / 2010. The main objective is to analyze the role, relevance and challenges faced by the professional interpreter of Libras in the educational scope. This work can bring important contributions, such as fostering the knowledge of the academic and school community about the professional Libras Educational Interpreter, their role, relevance and challenges in the process of including the deaf in regular school, the IE professional is relevant so that the deaf have easier access to the studied contents, so that they can interact with professionals and colleagues who do not know Libras at school, and other demands in the educational scope. His/her function is to mediate / interpret conversations, events and other demands promoting accessibility, without personal interference, however, as it is a school, we understand from the readings that it is important that the interpreter has pedagogical knowledge and is part of the planning and elaboration of activities and strategies for teaching inserted deaf people, and take ownership of the content in advance. As difficulties faced in the daily life of the IE inside the school, we identified the need for appreciation and recognition of their profession and function, in addition to the scarcity or little specific and continuous training in the area of operation.

Keywords: Inclusion. Educational interpreters. Performance. Challenges.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Artigos científicos analisados	16
QUADRO 2	Resultado geral da análise dos artigos	21

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVOS	10
2.1 GERAL	10
2.2 ESPECÍFICOS	10
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
3.1 INCLUSÃO DE SURDOS NA ESCOLA REGULAR	10
3.2 A FUNÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA DE AULA REGULAR	11
3.3 O INTÉRPRETE NO AMBIENTE ESCOLAR	14
3.4 O INTÉRPRETE, ALUNOS E O PROFESSOR DA SALA	15
4 MÉTODOS	16
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

Diante do interesse por essa área de estudo, pretendemos pesquisar sobre a atuação e alguns desafios enfrentados no cotidiano do profissional intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras, bem como alguns aspectos que permeiam e orientam essa profissão. Portanto, o artigo destaca a relevância desse profissional na inclusão dos surdos no âmbito educacional, a partir de sua função nesse contexto.

Compreendemos que o intérprete de Libras é de fundamental importância para que haja inclusão de alunos surdos nas salas de aula regulares. Porém, são inúmeros os desafios enfrentados no cotidiano. Este trabalho pretende observar e discutir esses desafios e a função desse profissional no ambiente escolar, além das aptidões e da formação necessárias para a sua formação. Portanto, faremos uma revisão bibliográfica acerca do tema pesquisado, para compreender os aspectos teóricos que permeiam e contribuem com o trabalho dos intérpretes para o enfrentamento dos desafios e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e inclusão dos surdos.

O artigo em pauta teve como objetivo analisar a função e a relevância do profissional intérprete educacional no processo de inclusão e ensino-aprendizagem de estudantes surdos na escola regular, bem como os desafios enfrentados por esse profissional no ambiente escolar. Será uma pesquisa qualitativa, cuja construção se deu a partir da leitura de autores como Damázio *et al.* (2007), Góes e Laplane (2004), Quadros (2008), entre outros. Para fazer a análise da profissão, foi feita uma breve revisão bibliográfica, como também uma discussão baseada em cinco artigos que tratam sobre a atuação do Intérprete Educacional (IE).

Esperamos, por meio deste estudo, contribuir com os profissionais IE através da discussão de temas pertinentes acerca da profissão, no meio acadêmico e principalmente na comunidade escolar, além de melhorar o processo de inclusão e contribuir para melhores condições de trabalho para o IE. Para tanto, levantamos os seguintes questionamentos: Qual a função do Tradutor/Intérprete de Libras no âmbito educacional? E quais são os principais desafios encarados por ele ou ela? Mediante esses questionamentos, buscaremos compreender todo o contexto que envolve o trabalho do intérprete.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

- Analisar a função, a relevância e os desafios enfrentados pelo profissional intérprete de Libras no âmbito educacional.

2.2 ESPECÍFICOS

- Identificar os principais desafios enfrentados pelos intérpretes de Libras em sala de aula regular;
- Discutir sobre a função do intérprete educacional em sala de aula inclusiva;
- Compreender a importância do intérprete no processo de inclusão de surdos em escolas regulares.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 INCLUSÃO DE SURDOS NA ESCOLA REGULAR

Os surdos têm sua própria língua. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma língua visual- espacial articulada através de expressões faciais e corporais, e das configurações de mãos. Tem sua própria estrutura gramatical. Segundo Goldfeld (2002), através da LS, são possíveis o desenvolvimento cognitivo, a aprendizagem e a organização do pensamento. As dificuldades enfrentadas pelos surdos ocorrem pelo fato de a língua oral – auditiva ser a única utilizada pela sociedade, cuja maioria das pessoas é ouvinte. Desse modo, a surdez impossibilita a aquisição dessa língua oral, e, ao adquirir a Língua de Sinais, os surdos terão mais facilidade em desenvolver-se e interagir com outros surdos e ouvintes, além de facilitar a aquisição da língua portuguesa na modalidade escrita.

Libras é uma das línguas oficiais do país, como dispõe a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, lei esta que foi regulamentada pelo Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Como podemos ver em seu Art. 1, “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da Comunidade Surda a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002, art. 1). Portanto, como a Libras é para os surdos a sua primeira língua - L1, o português é a segunda língua - L2 do surdo, a qual ele utiliza na modalidade escrita.

Para Dorziat (2004), a diferença de linguagem entre surdos e ouvintes traz consigo a disparidade cultural que não deve ser desconsiderada no processo de inclusão. Há uma rejeição dos surdos nas escolas de ouvintes, devido ao isolamento causado pela falta de comunicação. Portanto em um processo de inclusão deve-se pensar no aluno, na qualidade de ensino oferecido. Logo, é necessário que haja organização e planejamento voltados aos interesses da pessoa que está sendo inserida, no caso do surdo. É preciso uma organização que valorize a LS, para que os conteúdos propostos por cada disciplina sejam ensinados de forma que o aluno possa compreender, como também se posicionar sobre os temas abordados em sala de aula, ou seja, de acordo com as possibilidades visuais, além de um modelo bilíngue compatível com a necessidade educativa do aluno surdo, bem como a presença do intérprete de Libras em sala.

Destarte, a inclusão deve ser analisada no sentido de que precisa ser significativa para o aluno que está sendo inserido, pois, do contrário, ao invés de benéfica, a inclusão pode causar atraso na aprendizagem. No caso do surdo, é necessária uma organização que valorize a LS, para que os conteúdos propostos por cada disciplina sejam ensinados de forma que o aluno possa compreender e se posicionar sobre os temas abordados em sala de aula, para que dessa forma o próprio surdo se sinta incluído.

Assim como os demais alunos, os surdos também são limitados na sua capacidade de desenvolvimento independência intelectual e exercem o seu papel de cidadãos, com possibilidades de participarem criticamente da sociedade em que vivem. Seguem com mais dificuldade que os demais, devido às peculiaridades linguísticas, o processo de adaptação ao tipo de sociedade existente, sociedade contraditória onde, ao mesmo tempo em que o homem é capaz de, através de seu trabalho, contribuir para o progresso e a produção de riquezas, grande parte dos seres humanos permanecem à margem dos benefícios desse progresso, dessa riqueza (DORZIAT, 1998, p. 75).

3.2 A FUNÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA DE AULA REGULAR

O profissional Intérprete de Libras é indispensável para que haja inclusão de surdos em qualquer ambiente. Neste artigo, abordaremos especificamente a inclusão em sala de aula regular.

Inicialmente, destacamos a importância desse profissional para a comunidade surda. Nos anos 1980, os intérpretes começaram a surgir no Brasil em trabalhos religiosos e, ao longo dos anos, essa profissão vem crescendo. Com a Lei n. 10.436/2002, que regulariza e torna oficial a Língua de Sinais no país, essa função se tornou profissão a partir da Lei Federal n. 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor/

Intérprete de Libras. Desde então, cursos foram oferecidos pelo governo para a capacitação desses profissionais.

A Lei de Libras, de número 10.436, foi muito importante para as demais conquistas da comunidade surda e conseqüentemente, para os intérpretes. Destacamos outras leis que garantem aos surdos o direito à inclusão e a presença do intérprete nos ambientes educacionais. São elas:

- Lei n. 10.098/00 (Lei da Acessibilidade);
- Lei n. 10.172/01 (Lei do Plano Nacional de Educação);
- Lei n. 13.146/2015 (Lei de Inclusão).

Os intérpretes de Libras são cada vez mais reconhecidos e capacitados, à medida que os surdos vão se desenvolvendo e alcançando lugares de destaque em toda e qualquer área, seja do ponto de vista profissional ou acadêmico. É importante que haja a formação e a capacitação do intérprete, pois não é tarefa fácil realizar o trabalho de tradução e interpretação de uma língua para outra. O processo de interpretação exige que o profissional conheça bem as duas línguas em uso, Libras e Português, para que, durante o processo, possa fazer escolhas lexicais adequadas. O processo exige também um comportamento ético compatível com o Código de Ética do Intérprete.

Envolve um ato COGNITIVO-LINGUÍSTICO, ou seja, é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes. O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos (QUADROS, 2004, p. 27).

O intérprete educacional tem como função interpretar simultaneamente as aulas, traduzir textos escritos pelos surdos para a estrutura da língua portuguesa, ser fiel na sua interpretação, sem introduzir respostas ou opiniões pessoais. Para que haja um melhor desempenho, é importante que o intérprete tenha acesso com antecedência às aulas e participação nos planejamentos, quando houver na escola, como também estabelecer um

vínculo com alunos e professores e sugerir adequações de atividades para o aluno surdo quando for solicitado. De forma alguma o intérprete deve interferir na metodologia ou no planejamento do professor, mas pode haver uma parceria em prol do desenvolvimento e inclusão do aluno surdo.

Uma das atribuições do intérprete educacional é acompanhar o surdo para a resolução de questões em todo o ambiente escolar, ou seja, na direção, coordenação, conselhos de classe e em qualquer outra necessidade que venha a surgir no dia a dia da escola ou universidade.

Destacamos aqui a importância do intérprete na inclusão escolar do surdo. Contudo, é importante ressaltar que apenas a presença do intérprete não garante a inclusão do sujeito surdo. É preciso que se empreendam adequações curriculares e capacitação de toda a comunidade escolar para a efetivação da inclusão em âmbito educacional.

Destacamos que o código é um importante documento que orienta o profissional a agir adequadamente de modo geral, que deve ser observado também pelo intérprete educacional. Destacamos, no Capítulo 1, artigos 2, 3 e 5 do Código de Ética e suas orientações:

Artigo 2

O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo” (CÓDIGO DE ÉTICA DO INTÉRPRETE, 1992, art. 2).

Artigo 3

O Intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor de sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante, ele deve lembrar dos limites da sua função e não ir além de sua responsabilidade (CÓDIGO DE ÉTICA DO INTÉRPRETE, 1992, art. 3).

Artigo 5

O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando a atenção indevida sobre si mesmo durante o exercício da função (CÓDIGO DE ÉTICA DO INTÉRPRETE, 1992, art. 5).

Podemos observar nesses artigos alguns dos princípios a serem considerados pelos profissionais em qualquer ambiente, inclusive na escola, além da responsabilidade de se preparar para o trabalho no sentido de estudar sinais e se aprofundar em assuntos que serão ministrados durante a aula. Portanto, é imprescindível que haja parcerias entre professores e intérpretes. Vale lembrar que não é papel do intérprete fazer planejamento e preparar atividades,

mas é interessante que ele possa ter acesso aos conteúdos com antecedência para que possa se preparar e buscar sinais que por acaso ainda não conheça. Esse fator é importante para que seja realizada uma interpretação de qualidade, fazendo com que o surdo seja realmente incluído e não tenha prejuízo com relação aos conteúdos.

A formação do intérprete é um fator muito importante. Entendemos que, para ser um profissional intérprete, fazem-se necessárias habilidades e competências específicas. Além disso, não basta ser fluente em Libras. É preciso providenciar a formação adequada e a aquisição das competências de acordo com a lei que regulamenta a profissão e os códigos de ética FEBRAPILS e FENEIS.

De acordo com Marcon (2012), algumas competências necessárias são: competência linguística, que corresponde à habilidade de entender o objeto da linguagem utilizada na língua fonte em todas as suas nuances e expressar correta e fluentemente a mesma informação na língua alvo. Competência de área, que é o conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada. Competência de transferência, que é a habilidade para compreender a articulação do significado no discurso na língua fonte e a habilidade de interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo. Competência bicultural, que corresponde ao conhecimento profundo das duas culturas que subjazem às línguas envolvidas no processo de interpretação. Competência técnica, isto é, a habilidade de usar microfones e outros itens multimídia para a atuação. Competência metodológica, que corresponde à habilidade de usar diferentes modos de interpretação. Para tanto, é importante a formação indicada também na Lei n.12.319/2005, que especifica a formação necessária para atuar como intérprete.

3.3 O INTÉRPRETE NO AMBIENTE ESCOLAR

O livro *o Intérprete Educacional de Libras*, Capítulo 2, trata do profissional intérprete e a escola, e traz algumas reflexões sobre a função desse profissional e os desafios enfrentados nesse contexto. Segundo o autor, o intérprete de Libras muitas vezes é visto como “quebra-galho”, como aquele que não trabalha na mesma proporção dos demais profissionais da Educação, pelo fato de o intérprete não planejar aulas, corrigir provas e dar conta de outras funções que cabem a professores e à equipe pedagógica da escola.

O intérprete desenvolve uma função técnica e não pedagógica na escola, o que não quer dizer que seu trabalho seja mais fácil. Por falta de conhecimento da profissão, alguns colegas ou a equipe pedagógica da escola veem de forma errônea o papel desse profissional. Por isso,

são designados a “ajudar”, substituir professores que faltam, realizar dentro da escola algumas funções que não são de sua responsabilidade, pois, segundo o autor, as pessoas o concebem como alguém que está ocioso, por não estar fazendo aparentemente nada no momento. Esse tempo poderia ser utilizado para estudos, para a melhoria da qualidade de sua interpretação e também para o descanso, pois o ato de interpretar exige preparação e estudo da competência referencial. Além disso, segundo o autor, IEs são convocados a atuar em eventos e reuniões na escola quando há surdos trabalhando, uma atuação solitária no sentido de não dispor de mais um intérprete, ou seja, não há revezamento, o que sobrecarrega o profissional, pois o ato de interpretar exige esforço físico e mental.

3.4 O INTÉRPRETE, OS ALUNOS E O PROFESSOR DA SALA

Segundo Ampessan, Guimarães e Luchi (2013, p. 31), é comum haver situações em que o professor da sala geralmente entende que o aluno surdo é aluno do intérprete. Essa compreensão não deveria ocorrer, pois, como já discutimos anteriormente, a função do intérprete é totalmente técnica, de transmissão de discurso, mediação dos diálogos, interpretação das aulas e demais demandas da escola que envolvam a acessibilidade para os alunos surdos. Na verdade, o aluno surdo também é aluno do professor da sala regular. Equívocos como esse podem e devem ser resolvidos com diálogos pertinentes para que haja melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem e inclusão para os alunos envolvidos.

É dever do professor realizar planejamento e atividades adaptadas, de modo que haja aprendizagem significativa para o surdo, o que não impede que o intérprete ajude os professores na tarefa de pensar nas melhores estratégias de ensino, construindo assim uma parceria em prol da qualidade do ensino. É comum que, no ambiente educacional, o intérprete enfrente desafios em todos os contextos, inclusive na relação com os próprios alunos.

Como já discutido, o grande desafio de ética do intérprete está na relação com o surdo, pois o que acontece entre o intérprete e o surdo geralmente fica entre eles, devido à LIBRAS ser uma língua silenciosa e a maioria dos que estão no entorno não a conhecerem. Assim, as mesmas questões trazidas aos professores serão repetidas na perspectiva ética com os intérpretes nesse capítulo, uma vez que a própria consciência de cada um será seu juiz, já que não podemos, ainda, fiscalizar a relação. As posturas que queremos mencionar são as que nós, intérpretes, passamos a nos atribuir por conta própria, como: cuidar do caderno do aluno, se ele terminou ou não de copiar, responder às perguntas que o aluno faz sem repassá-las ao professor, que é o responsável pelo conteúdo, controlar a saída e a entrada do aluno em sala de aula, liberando-o para o banheiro ou não. Enfim, estas são atitudes simples que

muitos intérpretes ainda realizam pela falta de conhecimento, ou muitas vezes por falta de competência em interpretação. Sim, de fato muitos intérpretes usam de “compensação”, isto é, compensam suas insuficiências e falhas na língua de sinais e na interpretação, por fazer outras atribuições as quais, definitivamente, não lhes compete (AMPESSAN; GUIMARÃES; LUCHI, 2013, p. 40).

Estamos diante de mais um desafio enfrentado pelos IEs: a questão de sua relação com o aluno em sala de aula. Como esclarece a citação acima, existem algumas dificuldades acerca da diferenciação das funções intérprete, professor e aluno surdo em sala de aula.

4 MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, realizada através de estudo e revisão bibliográfica, de autores da área de tradução e interpretação, mais especificamente da área educacional. Além disso, foi realizada leitura de algumas leis que regulamentam e reafirmam a profissão, seguidas de leitura e descrição do contexto histórico que permeia a profissão intérprete de Libras, no sentido geral, até a sua atuação na área educacional, por fim foi realizada a análise e discussão de cinco artigos científicos que discorrem sobre o intérprete educacional de Libras, sua função, relevância e principais desafios.

Os artigos analisados estão descritos no Quadro 1, apresentado a seguir.

Quadro 1- Artigos científicos analisados.

ARTIGO	REFERÊNCIA	ASSUNTOS PRIVILEGIADOS
A	O trabalho do intérprete de Libras na Escola: um estudo de caso (SILVA; OLIVEIRA, 2016).	Um estudo de caso que analisa o trabalho do intérprete de Libras em uma sala de aula regular do sétimo ano do Ensino Fundamental em uma escola da rede municipal de ensino de Vitória, Espírito Santo. Destacam a necessidade de o professor da sala de aula ser fluente em Libras e a necessidade da discussão acerca da política bilíngue na escola inclusiva, pois não é responsabilidade só do intérprete a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno surdo, entre outras questões.
B	Formação do Intérprete Educacional de Libras: entre concepções e propostas de curso de extensão universitária (NASCIMENTO, 2012).	O artigo aborda questões pertinentes acerca da formação do intérprete de Libras para a área específica de Educação, da necessidade de uma formação adequada, formação continuada e

		extensão universitária para uma atuação eficaz.
C	As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas públicas (ALBRES; RODRIGUES, 2018).	O artigo traz reflexões sobre políticas de educação nacionais e o papel do Intérprete Educacional. Através do estudo de documentos, foi constatado que esses profissionais estão em constante luta pela legitimação de sua prática interpretativa. Ainda concluiu que há constantes questionamentos acerca dessa função, já que foi observado que o intérprete não só interpreta, mas também faz parte de todo processo pedagógico educacional. Portanto, em determinadas realidades, essa função não se limita apenas ao fato de interpretar. Destaca a necessidade de o profissional IE participar de todo o processo de planejamento dentro da escola para que tenha acesso ao que será interpretado.
D	Intérprete Educacional: teoria <i>versus</i> prática (SANTOS; GRILLO; DUTRA, 2010, p. 26-30).	O artigo retrata a realidade do Mato Grosso do Sul, onde existem escolas e universidades públicas e privadas com a presença de pelo menos um intérprete. Destacam que, nas escolas públicas, os intérpretes são confundidos com professores, e são contratados como tal. Já nas escolas privadas, são contratados como funcionários administrativos e registrados dessa forma. Os autores destacam a necessidade de melhora no reconhecimento da profissão, entre outras questões que envolvem a teoria e a prática da profissão IE.
E	Dificuldades do intérprete em sala de aula: responsabilidade e influências (ARAUJO; SOUZA; OLIANI, 2015, p. 53-68).	O artigo destaca as dificuldades vivenciadas em sala de aula regular pelos IEs. Uma delas se dá pelo fato de serem atribuídas ao IE funções que não são suas, como assumir a responsabilidade de preparar aulas ou criar estratégias para o aluno surdo, quando, na verdade, sua função é interpretar, mediar.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

No Quadro 1, destacamos os artigos A, B, C, D e E, que serviram de base para nossa análise e enriquecimento da nossa pesquisa, através dos estudos realizados pelos autores acerca do tema em questão.

Por meio dessa pesquisa e da análise diagnóstica dos artigos apresentados no Quadro 1, pretendemos destacar alguns aspectos inerentes ao trabalho do intérprete educacional, verificando suas atribuições, sua relevância para o processo de inclusão de surdos em escola regular e os principais desafios enfrentados no âmbito educacional.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a Lei n. 10.436/2002, a qual regulariza a Língua Brasileira de Sinais – Libras, a comunidade surda passou a ser mais vista, apesar de ainda ser uma luta contínua para a garantia de seus direitos e acessibilidade, com o reconhecimento da Libras e políticas públicas educacionais que priorizam a inclusão ao invés de escolas especiais com professores especializados. Isto não quer dizer que é a melhor proposta para os surdos. Há ainda muita discussão sobre o assunto. Entretanto, aqui estamos priorizando a discussão sobre o profissional intérprete educacional de Libras.

O intérprete é indispensável para que haja inclusão na escola regular, pois sem sua mediação não há possibilidade de os alunos surdos terem acesso a conteúdos, informações e diálogos dentro da sala de aula e em todo o ambiente escolar.

Através das leituras, verificamos serem comuns os entraves acerca da função dos intérpretes. Por ser uma profissão recente, muitos não compreendem essa função, e até consideram-na tarefa fácil, ou pensam que o intérprete trabalha pouco, que pode desenvolver outras funções na escola para não ficar “ocioso”. No entanto, compreendemos que a função exige estudo, preparação, competências específicas. Há desafios diários na profissão que precisam ser discutidos.

Destarte, encontramos cinco artigos que analisam esta profissão, os quais apresentaremos abaixo. Como dito no tópico anterior, os artigos serão representados por letras, mas todos estão descritos no tópico que afirma ser a presente investigação um estudo de caso que analisa o trabalho do intérprete em sala de aula regular, do sétimo ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública municipal de Vitória, Espírito Santo. A pesquisa analisa sua função na escola inclusiva.

Neste trabalho, são apontados quatro aspectos verificados através da pesquisa: o primeiro é com relação ao trabalho do intérprete, que está envolvido com todo o processo de

ensino-aprendizagem, mas desempenha um trabalho cujas particularidades necessitam de maior discussão e compreensão por parte do sistema de ensino e de pesquisadores da área, bem como a realização de novos estudos.

O segundo aspecto diz respeito à formação do profissional intérprete educacional. Segundo os autores, foi verificada a necessidade de focar numa formação que não trabalhe a abordagem linguística, mas inclua as questões pedagógicas. O terceiro aspecto citado é a importância da presença do professor bilíngue, pois sua presença seria importante para a atuação do intérprete. O quarto aspecto é a urgência em repensar uma política de ensino bilíngue para os surdos, uma vez que se observa que a inclusão e o ensino de surdos estão muito focados no intérprete, quando é necessário que os demais profissionais exerçam adequadamente sua função para com o aluno surdo, pois a aprendizagem e o desenvolvimento dessa clientela não dependem apenas da atuação do intérprete.

Compreendemos que a presença do intérprete na sala de aula - e esperar que apenas ele possa se responsabilizar com o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno surdo – não é uma visão correta acerca do papel do intérprete. É preciso pensar em algumas estratégias para o sucesso da inclusão: professores bilíngues, currículo adaptado e uma equipe preparada para esse contexto facilitam e dão possibilidade para que o intérprete desenvolva sua função de forma eficaz, de modo que todos seriam contemplados em termos de inclusão, aprendizagem e qualidade de ensino.

No artigo B, os autores consideraram as reflexões sobre políticas de educação nacionais e o papel do intérprete educacional através do estudo de documentos. Neles, foi constatado que esses profissionais estão em constante luta pela legitimação de sua prática interpretativa. O estudo concluiu ainda que há, sem dúvida, constantes questionamentos acerca dessa função. Foi observado que o intérprete não só interpreta, mas também faz parte de todo o processo pedagógico educacional. Portanto, em determinadas realidades, essa função não se limita apenas a interpretar. Destaca-se também a necessidade de o intérprete participar do processo de planejamento, para que possa realizar seu trabalho com segurança, conhecendo com antecedência o conteúdo a ser interpretado.

Assim sendo, identificamos uma problemática que é uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos intérpretes, os quais necessitam ter acesso à competência referencial, ou seja, ao conteúdo que será interpretado. No caso do trabalho na escola, são os conteúdos das aulas que serão ministradas. É preciso compreender que não há possibilidade de fazer uma boa interpretação sem preparação e estudo. Dessa forma, a participação do intérprete durante o processo de planejamento é essencial para uma boa atuação em sala de aula.

No terceiro artigo analisado, o artigo C, os autores verificaram algumas dificuldades do intérprete em sala de aula, que deveriam ter a função de apenas interpretar. Todavia, não é essa a realidade, visto que, no dia a dia da sala de aula, veem a necessidade de criar alternativas pedagógicas para que os alunos surdos possam compreender as aulas. Assim, os intérpretes são questionados a pensar em estratégias de ensino, o que vai além de sua função.

Esta questão é muito importante, haja vista ser imprescindível que cada profissional assuma seu papel no processo educativo. É função do professor planejar estratégias de ensino para todos os alunos, inclusive os surdos, cabendo ao intérprete a responsabilidade de transmitir, mediar, interpretar as informações.

Analizamos um quarto artigo (D). Nele, os autores relatam a realidade do Mato Grosso do Sul, onde existem escolas e universidades públicas e privadas com a presença de pelo menos um intérprete. Destacam que, nas escolas públicas, os intérpretes são confundidos com professores e são contratados como tal. Nas escolas privadas, por sua vez, são contratados como funcionários administrativos e são registrados dessa forma.

Os autores destacam que a função é mais parecida com a do professor, pois a diferença está apenas no fato de o IL não preencher diários, não elaborar atividades, mas é necessário planejar suas ações junto ao professor para adequar melhor sua interpretação em sala de aula. Ainda segundo os autores, não basta só saber Libras. É preciso estar familiarizado com o conteúdo a ser interpretado com antecedência. Além disso, foi destacado que o intérprete deve ter sua profissão regularizada e ser contratado como profissional intérprete, tendo todos os seus direitos garantidos de acordo com as leis vigentes, o que não tem acontecido segundo dados da pesquisa.

A valorização e o reconhecimento do profissional IE são um fator que deve ser repensado pelas instituições e empresas. A contratação adequada, as condições de trabalho, um salário justo são elementos que vêm sendo negligenciados. Logo, deixam a desejar, de acordo com a análise feita. Essas questões devem ser discutidas. Deve acontecer a elaboração de políticas educacionais e o cumprimento das leis para que haja a valorização adequada.

Por último, analisamos um quinto artigo (E), que aborda uma questão importante para a atuação do intérprete educacional: a formação. O autor entende que o ato de interpretar é complexo e que o intérprete carrega consigo a responsabilidade de transmitir com qualidade todo o conteúdo e demais demandas da sala de aula, o que interfere no sucesso ou no insucesso do aluno surdo. Sabemos que grande parte dessa responsabilidade é do intérprete. Para tanto, é necessário investir na formação para essa área específica. Outra dificuldade identificada na

pesquisa é a questão do desvio de função dentro da unidade educacional. No quadro abaixo, organizaremos as informações para melhor análise dos dados.

Quadro 2- Resultado geral da análise dos artigos.

ARTIGO	REGIÃO DO PAÍS	DIFICULDADES IDENTIFICADAS NA PESQUISA	SUGESTÃO APRESENTADA
A	Vitória, Espírito Santo	Falta de formação específica na área de atuação (educacional/ pedagógica); falta de professores bilíngues e educação bilíngue, ficando apenas sob a responsabilidade do intérprete o sucesso ou não do surdo; falta de conhecimento da profissão por parte do sistema de ensino, necessitando de mais pesquisadores na área.	Maior discussão acerca das particularidades da profissão; a necessidade de repensar a formação do profissional IE, que, além da abordagem linguística, deve contemplar questões pedagógicas; a importância do professor fluente em Libras, surdo e/ou ouvinte; ampliar as discussões sobre a política bilíngue que centram no trabalho do intérprete em detrimento da participação efetiva de outros profissionais.
B	São Carlos	Falta de acesso ao conteúdo, à competência referencial, ou seja, a não participação no processo de planejamento, dificultando o trabalho do intérprete; falta de conhecimento acerca da função do intérprete por parte da comunidade escolar; falta de formação continuada para os profissionais e cursos de extensão para IE.	Investimento em cursos de extensão universitária e formação continuada voltada para a tradução e interpretação, como também na prática pedagógica, de acordo com a especificidade da área de atuação.
C	São Paulo	Intérpretes realizam trabalhos que não fazem parte de sua função, como criar estratégias pedagógicas e atividades para o aluno surdo; falta de acesso ao planejamento e ao processo de construção educacional/pedagógico.	O IE necessita de formação específica, visto que sua função também é pedagógica. Portanto, fazem-se necessárias mais discussões e pesquisas, como também questionamentos sobre a profissão e suas funções.

D	Mato Grosso do Sul	Intérpretes são confundidos com professores; são contratados como professores ou como funcionários administrativos.	O intérprete deve trabalhar em conjunto com a equipe pedagógica da escola; o IE precisa ter domínio técnico da prática interpretativa e também conhecimento pedagógico; seria correta a regulamentação da profissão ao ser contratado.
E	São Paulo	Falta de formação adequada e específica para o IE; cumprimento de tarefas que não fazem parte de suas funções.	A fim de uma melhor atuação, é recomendada uma especialização na área em que atua, apesar de que, segundo Junior e Santos (2012), a especialização não garante uma boa atuação, mas a experiência acumulada durante a trajetória é o que melhora o processo de aperfeiçoamento da prática. É o que os autores concluem.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Além da competência referencial, já mencionada, outra competência que o intérprete precisa ter é a de área, ou seja, o conhecimento necessário específico na área em que atua, pois os intérpretes não dominam todas as áreas do conhecimento e, por questões éticas, devem aceitar trabalhos nas áreas que dominam. Destarte, a formação de IE numa área específica deve ser promovida pelas instituições de ensino das quais ele faz parte, sejam elas da esfera municipal, estadual ou federal. Cabe ao próprio intérprete buscar essa capacitação, mas, para tanto, requer melhores condições de trabalho, políticas públicas que apoiem sua capacitação e que reconheçam as especificidades de sua profissão. É preciso oportunidade de formação contínua e adequada para o profissional IE.

Ao analisar os artigos científicos que tratam do tema intérpretes educacionais, verificamos diversos desafios enfrentados por eles; questões relevantes que devem ser conhecidas e pesquisadas para seja possível contribuir com a melhoria do ensino-aprendizagem e inclusão dos surdos, condições melhores de trabalho e mais reconhecimento da profissão para os intérpretes que atuam nessa área.

Verificamos algumas dificuldades em comum e sugestões de melhoria da qualidade de trabalho que também se assemelham entre eles. Além disso, observamos que são muitos os desafios e aspectos que precisam ser aprimorados na atuação do IE. Os artigos são semelhantes entre si no que diz respeito à função e à relevância do profissional. Com o objetivo de mediar as discussões entre o aluno surdo e alunos ouvintes, professores e demais profissionais na

escola, o intérprete é imprescindível no processo de inclusão e acessibilidade dos surdos na escola regular. As dificuldades enfrentadas no cotidiano também se assemelham, como foi descrito no Quadro 2.

Cada ponto abordado traz discussões pertinentes acerca do tema pesquisado, conclusões que podem contribuir com o enriquecimento da temática. De um modo geral, as questões-chave permeiam a profissão e atuação do IE, bem como os desafios diários vividos por eles, que, por sua vez, interferem diretamente na qualidade do processo de inclusão. A questão da formação adequada, assim como discutimos no decorrer da pesquisa, é de fundamental importância, tanto para o desenvolvimento das competências necessárias para o exercício ético da profissão quanto para a realização de um trabalho de qualidade em sala de aula. É necessário que a comunidade escolar e acadêmica se informe acerca da função e relevância desse profissional na instituição de ensino.

É preciso que haja uma relação de parceria entre profissionais, além de cada um assumir seu papel no âmbito educacional, deve haver a valorização e o reconhecimento do profissional IE, por meio de contratação adequada e melhores condições de trabalho, resguardando os direitos de revezamento, de tempo de preparação e de estudo da competência referencial, ou seja, o estudo do conteúdo a ser interpretado, bem como a participação nos planejamentos, para que possa haver uma inclusão de qualidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da análise bibliográfica e dos artigos científicos que abordam o tema, concluímos que a profissão intérprete educacional de Libras precisa de um olhar mais crítico e reconhecimento por parte dos colegas de profissão, do poder público e de toda a comunidade escolar na qual o intérprete atua.

É necessário um olhar técnico e específico a essa profissão, desde o momento da seleção do intérprete até sua prática no chão da escola. Como discutimos, em primeiro lugar, não basta saber e ser fluente nesta língua para ser intérprete. É preciso haver uma formação específica e o desenvolvimento de competências, como competência linguística, competência metodológica, competência de área, competência técnica, competência bicultural e competência de transferência, de acordo com a legislação que regulamenta a profissão e com o Código de Ética do Intérprete.

Dessas competências, destacamos a de área, que se refere à capacidade e ao domínio de uma área específica. No caso do IE, seria a compreensão dos conteúdos e aulas a serem

interpretadas na escola. Para isso, é necessária uma formação continuada, que deve ser promovida pela instituição, empresa ou órgão público que contrata o intérprete. Destacamos também se fazer necessário que, dentro da carga horária do intérprete, esteja previsto tempo para estudo da competência referencial, pois não há possibilidade de realizar uma boa interpretação sem que haja um estudo antecipado e a apropriação dos conteúdos e aulas.

No âmbito educacional, é essencial que cada profissional desenvolva sua função, não atribuindo ao intérprete a função de professor do surdo, nem mesmo que o profissional seja designado para substituir o professor ou qualquer outra função que não seja a dele, o que não impede que haja parceria e troca de experiência entre professor e intérprete em prol de melhores estratégias para a aprendizagem dos alunos.

Verificamos ainda que há a problemática da sobrecarga de trabalho, em que um profissional sozinho interpreta durante quatro horas de aula seguidas ou em eventos longos dentro das escolas, o que pode causar danos à saúde, pois o ato de interpretar exige esforço físico e mental, e deve ser realizado em dupla, com revezamento de 20 minutos. Esta é mais uma das questões sérias, de tantos desafios que só o conhecimento, o desenvolvimento de políticas públicas educacionais e a observância ao cumprimento da legislação podem mudar.

Por conta da pandemia da COVID-19, não foi viável realizar uma pesquisa de campo nem ouvir alguns profissionais ou fazer observações no ambiente escolar, o que seria ainda mais relevante, mas buscamos, através da leitura, trazer essas importantes contribuições da maneira que foi possível no momento.

Esperamos que este artigo possa contribuir com o meio acadêmico e a comunidade escolar no tocante ao trabalho e à importância do profissional que é imprescindível no processo de inclusão de surdos. Desse modo, através do conhecimento, é possível haver melhoria nas condições de trabalho e, conseqüentemente, no ensino e inclusão dos surdos na escola regular. Aos poucos, o intérprete ganha visibilidade e espaço. Porém, ainda há muito a se fazer. Por isso, seria interessante a realização de mais pesquisas na área, para que a compreensão e o reconhecimento do tema sejam ampliados, entre outras questões pertinentes ao profissional IE, bem como à escola e às universidades.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino; RODRIGUES, Carlos Henrique. As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas públicas. **Bakhtiniana: Rev. Estud. Discurso**, São Paulo v. 13, n. 3, Sept./Dec. 2018.

AMPESSAN, João Paulo; GUIMARÃES, Juliana Souza Pereira, LUCHI, Marcos. **Intérpretes Educacionais de Libras: orientações para prática profissional**. 1. ed. Florianópolis: Secretaria de Estado de Educação; Fundação Catarinense de Educação Especial, 2013.

ARAÚJO, Cristina Kotlarenko; SOUZA, Débora Martins de; OLIANI, Luiz Henrique. Dificuldades do intérprete em sala de aula: responsabilidade e influências. **Revista Científica UNAR**, Araras, v. 11, n. 2, p.53-68, 2015. ISSN 1982-4920.

BRASIL. **Lei n. 12.319**, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Brasília: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal; Secretaria de Edições Técnicas, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocumentos/rceb007_10.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

CÓDIGO DE ÉTICA DO INTÉRPRETE. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE INTÉRPRETES, 1., 1992, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: DEF'RIO 92. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/codigo-etica.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

DAMÁZIO, Mirlene F. Macedo *et al.* **Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

DORZIAT, Ana. Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação? **Revista Educação Especial**, n. 24, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4921>. Acesso em: 18 abr. 2021.

DORZIAT, Ana. Democracia na escola: bases para igualdade de condições surdos e ouvintes. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, INES, n. 9, p. 24-29, jan./jun. 1998.

GÓES, Maria Cecília Rafaela; LAPLANE, Adiana Lia Friszman. **Políticas de Educação Inclusiva**. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2004 (Coleção Educação Contemporânea).

NASCIMENTO, Vinicius. Formação do intérprete educacional de Libras: entre concepções e propostas de curso de extensão universitária. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., 2012, São Carlos; ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7., 2012, São Carlos. **Anais...** São Carlos, SP: Porsinal, p.11745-11760. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=16&idart=342>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MARCON, Andréia Mendiola. O papel do tradutor/intérprete de Libras na compreensão de conceitos pelo surdo. **ReVEL**, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 18 abr. 2021.

SANTOS, Itamar Lopes dos; GRILLO, Jocimara Paiva; DUTRA, Perpetua Aparecida A. Intérprete Educacional: teoria versus prática. **Revista Feneis**, n. 41, p. 26-30, set./nov. 2010.

SILVA, Keli Simões Xavier; OLIVEIRA, Ivone Martins de. O trabalho do Intérprete de libras na Escola: um estudo de caso. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 695-712, jul./set. 2016.